

Eixo Temático

Educação do Campo, Formação e Trabalho Docente

Título

O ENTRECRUZAMENTO DE VOZES NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/UNIFESSPA: FILIAÇÕES, CONFLITO E RESISTÊNCIAS

Autor(es)

Elisvânia Nunes Braz

Nilsa Brito Ribeiro

Instituição

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa

E-mail

elisvaniabraz@unifesspa.edu.br

nilsa@unifesspa.edu.br

Palavras-chave

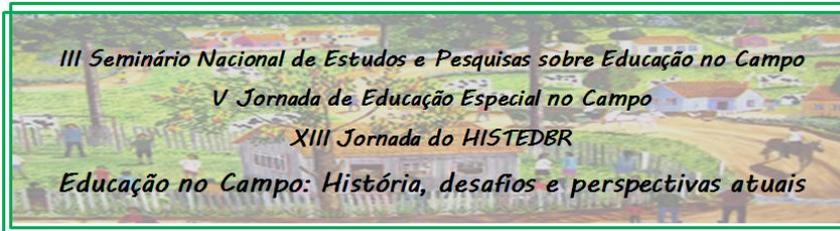
Educação do Campo; Formação docente; Tempo-espço Localidade; discurso

Resumo

Este artigo apresenta a análise discursiva da proposta metodológica desenvolvida no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo ofertado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, particularmente no que concerne à perspectiva da alternância pedagógica nomeada pelo projeto do curso de Tempo-espço Localidade. As análises se fundamentam nos pressupostos teóricos da

www.semgepec.ufscar.br

27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



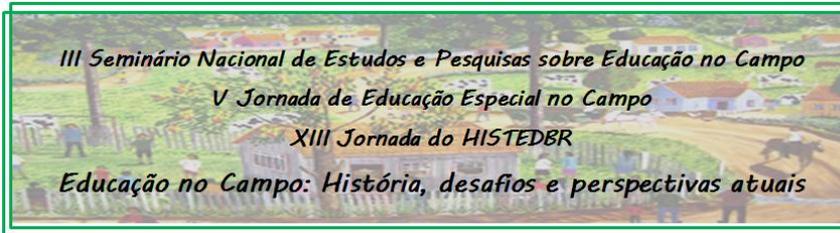
Teoria da Enunciação apresentada por Mikhail Bakhtin (1988, 2000, 1997). Nosso foco recai sobre enunciados que versam sobre o Tempo-espaço Localidade enquanto espaço de inserção dos alunos do curso na pesquisa enquanto princípio educativo. Destacaremos em nossas análises a dialogia que remete à cultura camponesa, tomando a comunidade como o lócus produtor de saberes na relação com diferentes vozes sociais que compõem a vida dos sujeitos e apontam para as relações de poder e de resistências inscritas no Projeto do curso ao apontar objetivos, estratégias etc.

Texto Completo

Apresentação

Neste artigo pretendemos analisar o Projeto Pedagógico da Licenciatura em Educação do Campo da UNIFESSPA, destacando, neste projeto, uma das formas de materialização do educativo que é a perspectiva de alternância pedagógica nomeada de Tempo-espaço Localidade, momento em que os educandos são orientados a experienciar processo de pesquisa que articula os aportes teóricos mobilizados no curso e práticas sociais dos povos do campo, sejam elas vinculadas à escola básica ou a outros espaços da comunidade. Esse esforço de análise se faz necessário para compreendermos como se efetiva a materialização da Licenciatura em Educação do Campo na UNIFESSPA (LPEC), no bojo das contradições presentes nas políticas públicas resultantes da luta dos movimentos sociais do campo articulada com diferentes instituições, dentre elas a universidade.

Neste trabalho, tomamos os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos enunciativos bakhtinianos, uma vez que nossas análises se deterão a enunciados que versam sobre a metodologia que elege o Tempo-espaço Localidade enquanto possibilidade de formação pela investigação. Nosso interesse analítico é apreender nos enunciados sentidos que remetem a esta estratégia de formação e de que modo produzem sentidos sobre saberes, valores e práticas educativas que se dão na dinâmica social, política e cultural, dos povos do campo.



Formação de educadores do campo

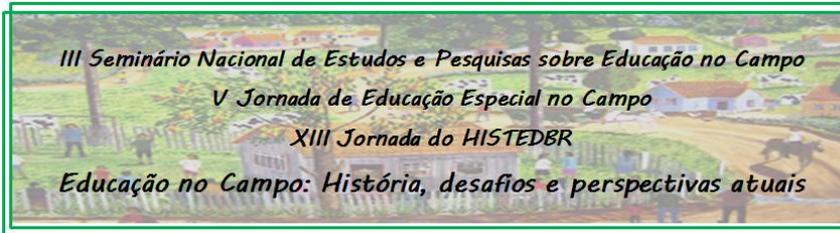
A formação de educadores (as) do campo é parte da luta dos movimentos sociais do campo no contexto de uma luta política mais ampla, na qual se incluem concepções de formação com ênfase “nos processos educativos, de desenvolvimento pleno, social, intelectual, cultural, ético, identitários dos educandos (ARROYO, 2013, p. 265) e na superação de um currículo fragmentado e generalizante. De acordo com Arroyo (2013, p. 365), a defesa de uma formação mais plural por parte dos movimentos sociais do campo “ encontra justificativa na função política esperada da escola do campo.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a exigência da formação em nível superior é descrita no Artigo 62.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (MEC, 2006).

Do campo resultam as reivindicações históricas mais acentuadas no tocante ao direito a uma escola do campo, que expresse em suas práticas o direito à vida com dignidade e valorização humana. Assim a formação de educadores do campo representa a conquista dos movimentos sociais. Isso significa tratar a educação no campo como espaço político pedagógico em que se possa construir um projeto de desenvolvimento que garanta a igualdade de direitos, a justiça social e a solidariedade entre os sujeitos do campo. É nessa tensa dinâmica de luta e de resistências que se instituem em algumas universidades brasileiras as Licenciaturas em Educação do Campo.

Por isso mesmo, as Licenciaturas em Educação do Campo, que vem expandindo-se consideravelmente no Brasil, não partiram do zero, nem foi estruturada nos velhos modelos de formação de professores, mas é fruto de um longo processo de crítica, reflexão e confronto entre diferentes concepções sobre a formação docente e práticas educacionais que atendessem os anseios e as aspirações dos povos camponeses.



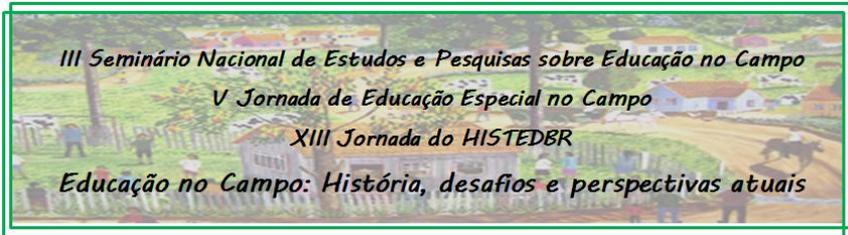
[...], o sentido da expansão da oferta das Licenciaturas em Educação do Campo não pode ser compreendido em separado dos intensos conflitos em torno do modelo de desenvolvimento hegemônico no campo na atualidade. Se o movimento da Educação do Campo compreende que a Escola do Campo deve ser uma aliada dos sujeitos sociais em luta para poderem continuar existindo enquanto camponeses; para continuar garantindo a reprodução material de suas vidas a partir do trabalho na terra, é imprescindível que a formação dos educadores que estão sendo preparados para atuar nestas escolas, considere, antes de tudo, que a existência e permanência (tanto destas escolas, quanto deste sujeitos) passa, necessariamente, pelos caminhos que se trilharão a partir dos desdobramentos da luta de classes; do resultado das forças em disputa na construção dos distintos projetos de campo na sociedade brasileira. (MOLINA, 2015, p. 05).

O exercício docente no campo nem sempre foi submetido à regulamentação do estado, ocorrendo em diversos espaços criados pelos movimentos sociais com características próprias de um projeto histórico de lutas contra-hegemônicas. “Cada uma dessas experiências traz marcas próprias, forjadas em contextos e com suportes teóricos próprios (MUNARIM, 2011, p.60). O nascimento do (a) educador (a) no campo, deu-se na constituição da Pedagogia do Movimento que,

(...) reafirma, para o nosso tempo, a radicalidade da concepção de educação, pensando-a como um processo de formação humana que acontece no movimento da práxis: o ser humano se forma transformando-se ao transformar o mundo (CALDART, 2012, p. 548).

O ato de transformar-se a partir da transformação do mundo, nos remete à uma necessária e cuidadosa atenção na formulação dos princípios norteadores do processo de formação presente nas propostas destas licenciaturas, no sentido de garantir um currículo que expresse a especificidade do campesinato brasileiro, o que em parte, propõe a Pedagogia da Alternância que se expressa pelo tempo dedicado às atividades de pesquisa na localidade, e a integração destes saberes nos diálogos pretendidos pela Universidade.

Pedagogia da Alternância na LPEC/UNIFESSPA.



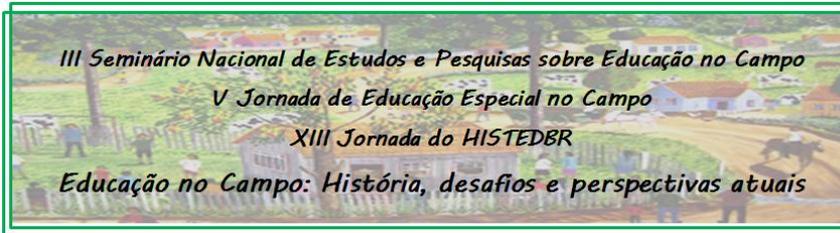
No bojo da Pedagogia da Alternância está a construção de projetos educativos que transcendam os espaços escolares formais e conquistem a formação do homem e da mulher do campo, construindo uma pedagogia fundamentada na cultura do campo, e incrustada profundamente numa perspectiva universal. Sendo assim, as ações primam-se em integrar o saber produzido na universidade, em termos da ciência, de criticidade e de acesso ao conhecimento já sistematizado e em construção, com os saberes e vivências elaborados pelo homem e pela mulher do campo.

Essa alternativa de atendimento à população escolar do campo surgiu na década de 1930 na França, como resultado do movimento de camponeses. Foi inicialmente uma luta de um pai para garantir a diferenciação do processo educativo para camponeses, o que se caracterizou num processo educativo que alternava tempo na escola com o tempo com a família.

De acordo como Antunes-Rocha; Munarim (2010), no Brasil, a denominada Pedagogia da Alternância, que tem o trabalho como princípio educativo, foi introduzida em 1969, no Espírito Santo. Nesse Estado e em mais quinze Unidades da Federação Brasileira a alternância mais efetiva é a que associa meios de vida sócio-profissional e escolar em uma unidade de tempos formativos.

No Parecer do Conselho Nacional de Educação de nº 01/2006, o qual discorre acerca da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAS, são legitimadas as atividades de formação no regime da alternância, bem como são propostas variações da Pedagogia da Alternância na forma de Alternância Integrativa Real ou Copulativa também conhecida como Alternância Formativa. Esta última é considerada no Parecer como a alternativa mais consistente. Conforme o parecer, “a relação entre teoria e prática desenvolve as pessoas e estas, por sua vez, desenvolvem seu meio. É o aprender a aprender! É a Educação do Campo em seu conceito mais atual e consentâneo com a realidade” (PARECER 01/2006).

A perspectiva de formação que embasa a Pedagogia da Alternância se desenvolve pautada por um olhar global, isto é, o processo de formação busca desenvolver a capacidade de reflexão dos sujeitos envolvidos de modo que eles possam articular a formação a sua localidade, estabelecendo relações entre o local e o global. Assim,



A Pedagogia da Alternância vem se constituindo numa proposta pedagógica assumida pelos diversos segmentos da organização curricular e modalidades de ensino voltadas à realidade dos jovens e adultos trabalhadores que têm o campo como espaço de vida, trabalho e produção cultural (CORDEIRO et al., 2011 p. 123).

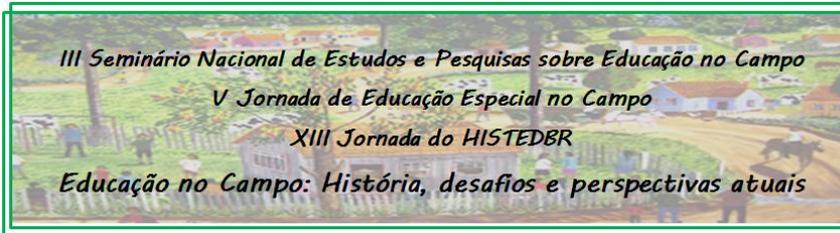
O Tempo Localidade é uma metodologia pedagógica que tem contribuído com o entrecruzamento da formação nos espaços educacionais e sua imersão no cotidiano camponês. É uma proposta pedagógica e metodológica que propõe uma ruptura com o velho modelo pedagógico disciplinar e introduz um novo formato curricular, o qual se apoia na interdisciplinaridade para garantir o vínculo entre as diferentes áreas do conhecimento e a relação entre trabalho e escola.

Nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, os conhecimentos científicos, produzidos historicamente, coadunam com os conhecimentos oriundos da vivência camponesa, ou seja, estes conhecimentos se imbricam e se alternam em diferentes momentos da formação, no entanto, apesar da separação em dois tempos (TE e TC), estrutura muito utilizada nos cursos de licenciatura, concordamos que é impossível separar os conhecimentos dividindo-os em dois tempos.

O tempo comunidade constitui-se como processo de produção de conhecimentos articulados entre o pensado, teoricamente experienciado na instituição formal de educação, e o vivido nos tempos e nos espaços da comunidade, tendo a pesquisa como mecanismo fundante deste processo.

É reconhecida a importância histórica da alternância pedagógica para os sujeitos do campo, não na perspectiva simplista de alternância de espaços, mas uma possibilidade concreta e oportuna de reconhecer a especificidade do contexto camponês.

Uma educação adequada à realidade das áreas de assentamento e acampamento, tem demandado um esforço significativo para a construção de projetos de educação e de educadores (as) do campo, iniciativa que ganha força na luta dos movimentos sociais e sindicais. Pensar num projeto de formação de educadores para o



campo requer ir além do simples ato educativo, significa pensar a lógica do campo, seus sujeitos e seus saberes, e porque não o seu *modus vivendi*?

A formação de educadores (as) para o campo como política pública de educação materializa-se como uma possibilidade de elevar as condições de vida e de cidadania de milhares de homens e mulheres moradores do campo. Cursos como a Licenciatura do Campo são, pois, uma possibilidade concreta para que os povos do campo, possam ter a garantia de uma educação transformadora, que valorize o histórico de lutas do campesinato, que valorize sua cultura e que reconheça o modo de produzir e reproduzir a vida característico destes povos.

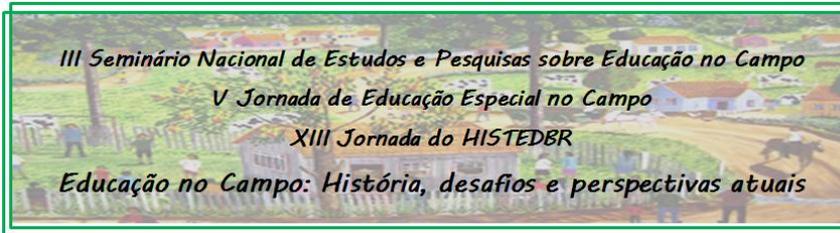
Mediante o exposto torna-se necessário contextualizarmos o que pretendemos analisar. Desta forma, faremos uma breve reconstrução da criação da Licenciatura em Educação do Campo para ingressarmos no curso ofertado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

A formação de Educadores na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

O primeiro curso de formação de professores organizado pela UFPA, Campus de Marabá, hoje Unifesspa, foi ofertado em nível de magistério, correspondente ao ensino médio, em 2001, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAGRI (UNIFESSPA, 2014).

Em 2006 dois projetos de formação de professores, iniciaram suas atividades. O Projeto de Formação em nível superior de Pedagogia, em parceria com a FETAGRI e o Projeto de Formação em nível superior de Letras, em parceria com o MST, que nasceram para atender as demandas das escolas do campo da região sul e sudeste do Pará (UNIFESSPA, 2014).

A criação da Licenciatura em Educação do Campo faz parte da política nacional de educação do campo que tomou força a partir de 2003 quando foram criadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que representam um importante marco para a educação do campo porque contemplam e



refletem um conjunto de preocupações conceituais e estruturais presentes historicamente nas reivindicações dos movimentos sociais.

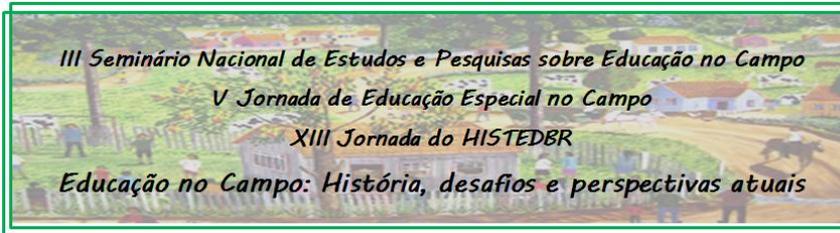
A oferta da Licenciatura em Educação do Campo de várias instituições brasileiras, iniciou-se a partir da adesão da instituição ao Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo através do edital nº 09, de 29 de abril de 2009 do Ministério da Educação, especificamente da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad. Este edital tinha por objetivo convocar as Instituições Públicas de Educação Superior para apresentarem projetos de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo para a formação de professores da educação básica nas escolas situadas nas áreas rurais.

Como parte da luta pela Reforma Agrária, a formação de educadores (as) para atuação no campo, sempre se apresentou como demanda do Movimento Sem Terra. Diante destas demandas, a UFPA, após instigantes discussões, cria o Curso de Licenciatura em Educação do Campo em 2009.

Apesar da instituição já ter a marca da formação de educadores (as), inclusive em parceria com o MST, no ano de 2012 a Unifesspa aderiu ao Edital SESU/SETEC/SECADI nº 02/2012 – PROCAMPO, tendo sua proposta de formação aprovada em 6º lugar. Para participar deste edital a instituição se comprometeu em ofertar 120 vagas no período compreendido de 2013 a 2016.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, em análise, consiste em sua versão mais atualizada. Sua composição se expressa por significativos espaços, os quais detalham o projeto e o justificam. Apesar de serem diferentes, complementam-se para constituir-se na proposta atual de formação de educadores da UNIFESSPA.

Para nosso objetivo, neste trabalho, selecionamos alguns aspectos caracterizadores da proposta pedagógica do curso: I) a justificativa da oferta do curso, partindo da contextualização da educação no campo e dos problemas que persistem nas políticas públicas voltadas as demandas dos povos do campo; II) a forma de ingresso e número de vagas; III) as diretrizes curriculares do projeto; IV) organização curricular do curso; V) o sistema de avaliação do curso e) planejamento do trabalho docente.



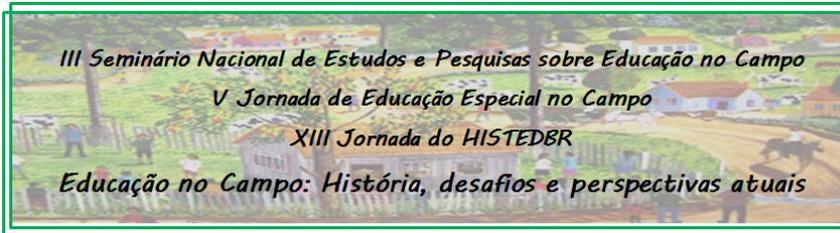
No que concerne à organização curricular do curso, esta se subdivide em: i) Princípios Pedagógicos da Formação Acadêmica; ii) Eixos Temáticos, Matriz Curricular e Momentos e Elementos Curriculares do Percorso Formativo, Este último, por sua vez, compreende a Alternância Pedagógica: (Tempo-espço Localidade; Tempo-espço Universidade), momento em que os alunos se inserem em atividades formativas diversas: Plano de Estudo, Pesquisa e Trabalho Acadêmico; Pesquisa Sócioeducacional; Grupos de Estudos, Pesquisa e Trabalho Acadêmico; Grupos de Estudos, Pesquisa e Trabalho Integrado; Sessões de Estudos do Núcleo Comum; Sessões de Estudos do Núcleo Específico; Seminários Temáticos Sobre Elaboração de Projeto de Pesquisa; Estágio Docência; Diagnóstico sociocultural, ambiental e econômico de comunidades camponesas; Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Projeto da LPEC/UNIFESSPA, 2014).

Nossas análises, a seguir, se voltarão para as atividades desenvolvidas durante os tempos da formação, no sentido de compreender que referências são feitas no projeto à cultura dos povos do campo e os embates, as lutas, as resistências e os valores que os enunciados mobilizam ao explicitar cada uma dessas atividades.

Entre tempos e espaços da formação: a dialogia entre discursos

Fundamentando nos estudos de Bakhtin, a linguagem traz as marcas das lutas ideológicas que se travam na sociedade. Um discurso é, portanto, o lugar em que as ideologias se manifestam evidenciando um campo de tensões. Sem nos comprometermos com uma noção de ideologia como falseamento do real, tal como Bakhtin, estamos considerando que onde há linguagem, há representações simbólicas sobre o mundo orientadas por posições ideológicas que os sujeitos ocupam na sociedade, portanto, a ideologia não está na palavra nem na mente de quem fala/escreve, mas nas relações de força entre classes sociais. Assim, “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo”. (BAKHTIN, 1981, p.29).

Partindo do pressuposto de que tudo possui um significado com ressonâncias externas, ou de vozes da sociedade, neste tópico dedicaremos às análises do Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do campo, especificamente de



passagens que remetem às atividades que estão previstas no projeto para serem desenvolvidas durante o tempo-espaço universidade e tempo-espaço-localidade.

O Tempo-espaço Universidade ocorre nas dependências da instituição de ensino e comporta Seminários de socialização do Tempo-espaço Localidade, “estudos dos conhecimentos pedagógico e da educação do campo voltados à formação da docência” (Projeto LPEC, 2014, p.29) que se materializam pelos estudos de disciplinas do Núcleo Comum e estudos do Núcleo Específico. Este tempo ocorre nos meses de janeiro-fevereiro e julho-agosto.

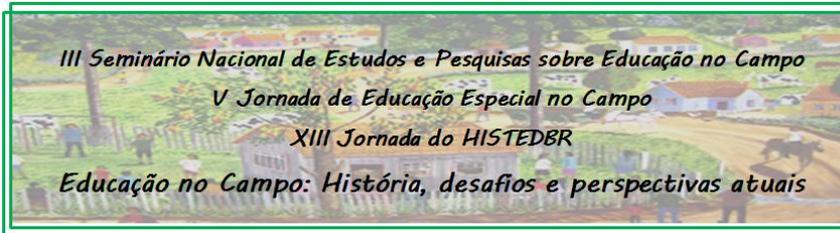
O Tempo-espaço Localidade ocorre nos meses de março-junho e de setembro-dezembro. É neste tempo que ocorre a inserção dos (as) educandos (as) em suas localidades de origem através da prática da pesquisa, articulando/confrontando os saberes universitários às experiências concretas do seu contexto, social, educacional, político e cultural, a partir da prática científica.

A captação de diferentes vozes orientadoras dos fundamentos teóricos e metodológicos e políticos do curso

Considerando com Bakhtin que um discurso não se constitui na sua pureza homogênea, justamente porque nele se inscrevem os entrecruzamentos e enfrentamentos de vozes oriundas de diferentes esferas da sociedade, seja por um movimento de adesão ou captação, seja por um movimento de recusa ou contestação, pretendemos aqui apontar as filiações que se evidenciam na materialidade do discurso veiculado no Projeto Pedagógico do curso estabelecida entre com o sentido/princípio de formação defendido por movimentos sociais do campo. Assim vejamos:

E1¹

¹Enunciado 1. Ressaltamos que não estamos aqui comprometidas com uma noção gramatical de enunciado, mas na perspectiva bakhtiniana, estamos considerando o enunciado como discurso, ou seja, concebemos “a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente linguística e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso”. (BAKHTIN, 1997, 181).



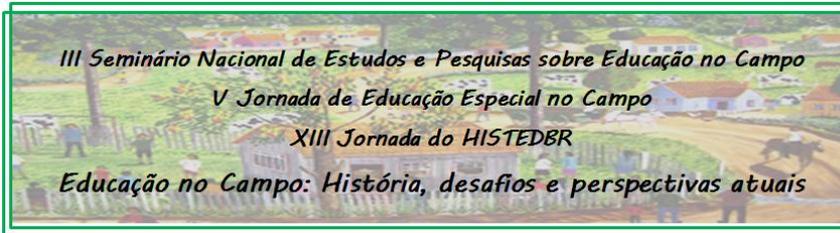
A organização das atividades acadêmicas privilegiam um processo formativo vivenciado em e por meio de diferentes tempos, espaços e práticas, articulados entre sessões de tempo-espaço universidade e tempo-espaço localidade, experimentados através da organização e participação em seminários, oficinas e mini-cursos; estudo teórico em grupos temáticos; organização e produção de material didático acadêmico; visitas de estudo e pesquisas em instituições, organizações sociais e/ou comunidades; vivência de estágios etc; buscando estimular o exercício da pesquisa, estudo e trabalho de forma indissociável e assumido como elemento fundamental da formação e auto-formação acadêmica e profissional, inicial e continuada (Projeto LPEC, 2014, p. 25).

Se atentarmos à materialidade linguística do enunciado acima, sobretudo a passagem “estimular o exercício da pesquisa, estudo e trabalho de forma indissociável e assumido como elemento fundamental da formação e auto-formação acadêmica e profissional, inicial e continuada” e retomarmos na história dos movimentos sociais do campo a sua luta política por uma educação do campo que contemple a relação escola-trabalho, por considerar que não há como formar o ser humano sem que se considere a dimensão trabalho, poderemos assumir que há uma forte relação entre a concepção de formação anunciada no projeto e aquela defendida pelos movimentos sociais quando estes se ocupam em definir que concepção de educação está no bojo de uma proposta de Educação do campo. Assim assevera Caldart, ao defender que “não há como formar uma personalidade não exploradora sem a participação em processos de trabalho: material e imaterial, manual e intelectual, mas tendo presente que a centralidade da concepção de trabalho está na produção material da existência (que implica pensamento e ação)” (CALDART, 2010, p. 87). Assim, em diferentes passagens do Projeto, quando se trata da alternância de tempos formativos, há a inscrição da voz dos movimentos sociais como uma voz forte norteadora da metodologia e dos princípios da formação.

Outra relação de filiação do projeto é com a proposta de “temas geradores” amplamente divulgada nos estudos freireanos:

E 2

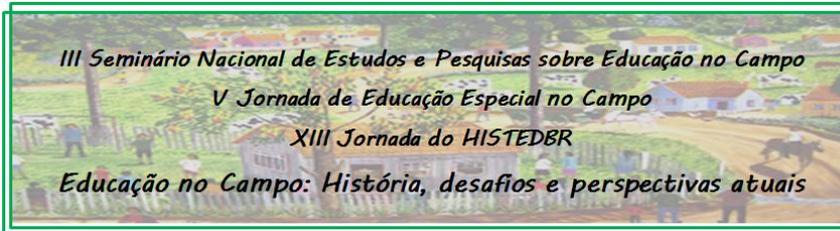
Constitui-se no instrumento orientador das atividades de estudo, experimentação e pesquisa de campo a serem realizadas pelos estudantes no Tempo-Espaço Localidade [tempo de estudo não presencial], nas Visitas e/ou nos Estágios Profissionais, tendo como referência os enfoques temáticos propostos pelos eixos, se colocando assim como um importante instrumento pedagógico na organização e sistematização do processo de auto-formação a ser vivenciado pelos estudantes. (Projeto LPEC, 2014, p. 19)



O enunciado acima diz respeito à caracterização que o projeto traz sobre a atividade nomeada de **Plano de Estudo, Pesquisa e Trabalho Acadêmico**, através da qual os educandos desenvolvem em suas comunidades atividades anteriormente orientadas durante o tempo-espaço-universidade. Verifica-se no enunciado 2, a captação da voz científica veiculada nos estudos freireanos em que os estudos se orientam por temas geradores. Embora o projeto nomeie estes temas de eixos (tendo como referência os enfoques temáticos propostos pelos eixos, se colocando assim como um importante instrumento pedagógico na organização e sistematização do processo de auto-formação a ser vivenciado pelos estudantes), é possível captar neste gesto a proposta de estudos anunciada por Freire em que a vida dos sujeitos se faz presente nos temas que emergem da pesquisa em que os sujeitos da aprendizagem são protagonistas dos temas geradores de objetos de ensino e de aprendizagem. De acordo com o Projeto,

A objetivação do processo de formação acadêmica da LPEC será buscada tomando como ponto de partida o resgate e estudo dos elementos que compõem a memória, saberes, valores, costumes e práticas sociais e produtivas dos sujeitos do campo e da agricultura familiar buscando a partir da prática da pesquisa por eixos temáticos fomentar a análise e compreensão acadêmica interdisciplinar sobre as características sócio-culturais e ambientais que demarcam o território de existência coletiva destes sujeitos, tendo em vista compreender em sua complexidade os conflitos e contradições que determinam tal existência e desenvolver a capacidade teórico-prática para pensar-organizar-fazer uma escola básica do campo que desenvolva uma formação crítico-criativa, comprometida com os princípios de uma pedagogia emancipatória (Projeto LPEC, 2014, p. 14)

Observa-se nesta passagem também a referência a eixos temáticos orientadores do trabalho com a pesquisa, da análise das características socioculturais e ambientais que identificam os territórios de produção da existência dos sujeitos da formação. Além disso, o projeto destaca como componente da estrutura curricular os eixos temáticos organizadores dos cursos, quais sejam: Sociedade, Estado, Movimentos Sociais e Ciência; Educação do Campo; Saberes, Culturas e Identidades; Sistemas Familiares de Produção; Campo, Territorialidade e Sustentabilidade. Assim, embora o projeto opte pela expressão eixos temáticos, ela guarda fortes vínculos históricos com a perspectiva de produção de currículo a partir de temas geradores que tem sua gênese no Brasil nos



estudos freireanos, embora Pistrak já tivesse formulado, na União Soviética pós-revolução, o sistema por complexos.

Sentidos da relação entre formação e a cultura camponesa

Nossa atenção neste tópico se volta a relação que a proposta estabelece entre a formação dos sujeitos e a materialidade da vida camponesa: culturas, valores, dimensão política etc.

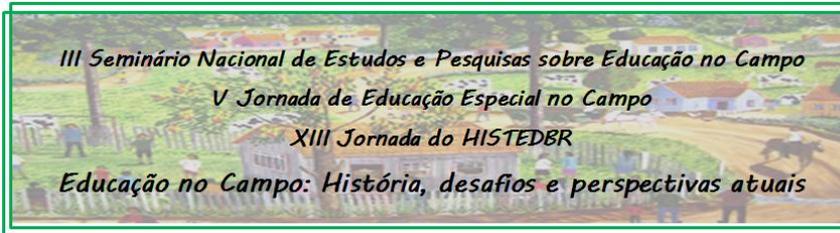
E3

[...] propõem-se aqui como elementos importantes da Pesquisa Sócio-Educacional a investigação e análise do cotidiano pedagógico, das compreensões e práticas dos sujeitos educativos e do currículo das escolas rurais.

E4

O Tempo Localidade é o tempo da **Pesquisa Sócio-Educacional**, onde, mais que um mero exercício de coleta de dados, buscar-se-á, a partir da análise dos aspectos que condicionam a vida dos sujeitos do campo[...]

No enunciado 3, a orientação se circunscreve ao cotidiano da escola do campo, enquanto espaço privilegiado de pesquisa dos educandos, apontando para as práticas educativas e o currículo das escolas do campo. O projeto traz em toda a sua organização em foco na relação entre formação e escola básica do campo, seja pela pesquisa, pelos tempos de vivência pedagógica, pela inserção na construção coletiva de alternativas de ações pedagógicas. Nesse trabalho discursivo de conformar um discurso de rompimento do discurso da tradição, inevitavelmente a tradição formativa adentra o discurso outro para, imediatamente ser negado. E o que podemos observar no enunciado 4: [...]mais que um mero exercício de coleta de dados, buscar-se-á, a partir da análise dos aspectos que condicionam a vida dos sujeitos do campo [...]. O discurso da tradição formativa adentra o discurso da formação crítica delineando fronteira, assinalando embates ideológicos em que a pesquisa se apresenta sob duas perspectivas: a perspectiva negada que se apresenta como mera coleta de dados e a perspectiva defendida que elege aspectos que condicionam a vida dos sujeitos do campo como elementos privilegiados de estudos e de ressignificação dos processos educativos. Este embate de posições está presente em todo o projeto, embora as contradições próprias da



instituição universitária em algumas passagens irrompem a materialidade discursiva denunciando a incompletude do sujeito e do discurso.

Marcas de resistência face a projetos hegemônicos de formação

E5

É o tempo da pesquisa sócio-educacional, onde mais que um mero exercício de coleta de dados, buscar-se-á a partir da análise dos aspectos que condicionam a vida dos sujeitos, fomentar o estudo e a reflexão sobre as possibilidades da ação pedagógica [individual e coletiva, educadores e escola] no desenvolvimento de processos formativos e na produção de conhecimentos que ajudem no empoderamento político-cultural e sustentabilidade das comunidades camponesas (LPEC, 2014, p. 30)..

E6

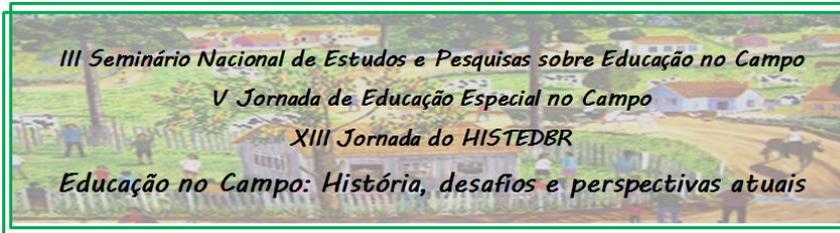
Da mesma forma que o curso exige do educando um exercício teórico-metodológico pautado na pesquisa inter e pluridisciplinar, a ação docente também deverá se pautar numa perspectiva pedagógica que permita o rompimento das barreiras disciplinares (Projeto LPEC, 2014, p. 24)

E7

O que se espera, portanto, é a construção de possibilidades de trabalhos coletivos no interior da universidade, no sentido de re-significar práticas docentes em prol de um Projeto de Educação do Campo. LPEC, 2014, p. 24).

No enunciado 5, temos, a marca da luta camponesa traduzida nas palavras empoderamento político cultural, ou seja, este empoderamento não pode ser apenas político, mas também cultural, o que quer dizer que no projeto histórico da luta camponesa, não se almejou apenas a posse da terra e participação na definição de políticas públicas, mas na posse de seu modo de plantar, de festejar e de cantar. Na liberdade de ser homem e mulher do campo, de não perder suas identidades. É garantir que as pessoas adquiram autonomia e capacidade reflexiva sobre suas condições objetivas de vida para que, a partir disso, consigam atuar política, econômica e culturalmente.

Empoderar-se, é sair da condição de oprimido em que se encontra, é necessário que o camponês tenha senso crítico e que não aceite passivamente a falsa generosidade de seu opressor. É preciso que ele se liberte de maneira consciente e que saiba do seu valor como cidadão, não se sentindo menor do que aquele que o oprime (FREIRE, 1987), e antes de tudo empoderar-se de seu direito de ser e estar no mundo.



A intertextualidade presente nos discursos faz referência a outros textos que indicam um momento histórico, vivenciado pelos sujeitos do campo que significa no empoderamento de seus direitos, de sua cultura negada e de seu modo de vida reconhecido. Ao dialogar com outros contextos, os enunciados demonstram que há um reconhecimento das lutas destes povos no campo e valorização do patrimônio cultural que o campesinato acumula.

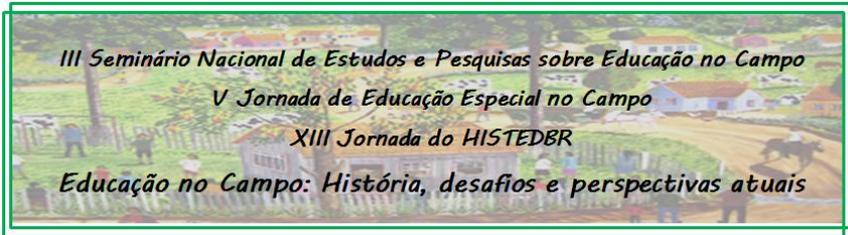
Uma outra palavra que chama a nossa atenção no discurso sobre o tempo-espaço localidade é sustentabilidade. Enquanto atributo da agricultura familiar camponesa, o termo nos remete à um princípio defendido pelos povos do campo que consiste na utilização dos recursos naturais sem com isso comprometer o meio ambiente para as gerações posteriores.

As práticas de utilização da terra, tanto podem ser sustentáveis como insustentáveis, no que tange a degradação do meio ambiente pelas infinitas formas agressivas de utilizá-lo, isso se justifica porque o campo se concretiza em espaço de trabalho, “mas também em lugares de vida, em habitats e territórios nos quais natureza e cultura se articulam em modos de vida comunitários (SILVA, 2012, p.732).

A concepção imbricada nestes discursos revela que a pesquisa nas comunidades pode tornar-se em estratégia de luta para os povos do campo, superando a formação pedagógica engessada nas salas de aulas das instituições de ensino. Antes procura integrar os saberes construídos na universidade aos saberes concebidos na vivência do cotidiano, uma vez que os cursos de licenciatura resultam das lutas dos movimentos sociais. O reconhecimento de saberes, da lógica do campo e sua concepção de educação deve ser o ponto de partida da formação destes educadores. Conforme ressalta ARROYO:

Essa é uma das contribuições da concepção de formação dos profissionais do campo para a formação de todo profissional de educação básica: reconhecer os saberes do trabalho, da terra, das experiências e das ações coletivas sociais e legitimar esses saberes como componentes teóricos dos currículos (2012, p. 361)

Nos enunciados 6 e 7 observa-se também sentidos de enfiamento de um projeto de formação hegemônico na universidade ao qual se opõe aos discursos

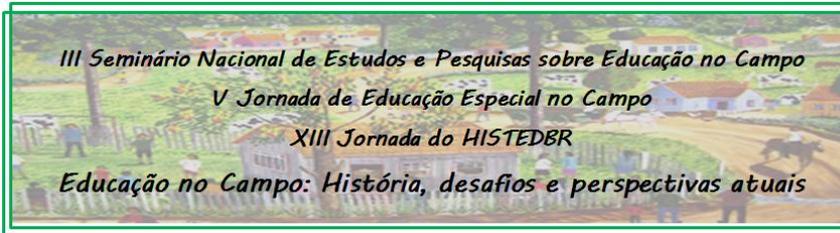


veiculado na proposta do curso. Nesse sentido o projeto afirma que *a ação docente também deverá se pautar numa perspectiva pedagógica que permita o rompimento das barreiras disciplinares*, o que sugere uma voz que contrapõe práticas hegemônicas sustentadas por concepções que concebem o conhecimento e o currículo de forma compartimentado. O apelo presente no enunciado 6 é a mudança de atitude do professor universitário face a uma outra proposta de formação que toma a vida concreta dos sujeitos como orientadora dos processos formativos. Da mesma forma, o enunciado 7 aponta para a superação de práticas universitárias legitimadoras de um projeto hegemônico de formação que atende a interesse de um modelo hegemônico de sociedade. Assim, na passagem do enunciado 7, temos [...] *portanto, é a construção de possibilidades de trabalhos coletivos no interior da universidade, no sentido de re-significar práticas docentes em prol de um Projeto de Educação do Campo*, em que aponta-se para a possibilidade do trabalho coletivo opondo-se à práticas individualizantes tão presentes na instituição universitária e clara opção por um projeto que se opõe ao projeto que se configura o cotidiano da universidade. Nesse discurso, o conflito entre projetos de universidade também está instaurado a partir de uma proposta que tem sua gênese na luta de classe.

Dessa forma, os discursos apontam para uma proposta contra hegemônica, pautada na análise crítica da realidade e no entendimento da educação como dimensão da luta mais ampla que expressa os conflitos de classes sociais.

Considerações finais

A Teoria da Enunciação, ou de uma teoria da linguagem, caracteriza-se por considerar o sujeito como centro de reflexão da linguagem, nesta análise os sujeitos históricos de luta pela terra. Considera a dialogicidade da comunicação, do discurso, sendo o enunciado compreendido como um elemento de comunicação indissociável da vida, sendo ele um evento concreto e social. Bakhtin (1981) define o enunciado como unidade real da comunicação verbal, afirmando que a fala só existe na forma concreta dos enunciados que pertencem a um sujeito falante. Nesse sentido o discurso se molda sempre na forma de enunciado.



Neste artigo, buscou-se identificar marcas nos enunciados que tratam, especificamente do tempo-espço Localidade do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, que expressassem na concepção de comunidade, nos enunciados legitimadores da cultura camponesa, a produção de novos sentidos de novas práxis, novas vozes, desafiando, assim os enunciados hegemônicos, monológicos da educação rural, há muito combatidos pelos movimentos sociais do campo.

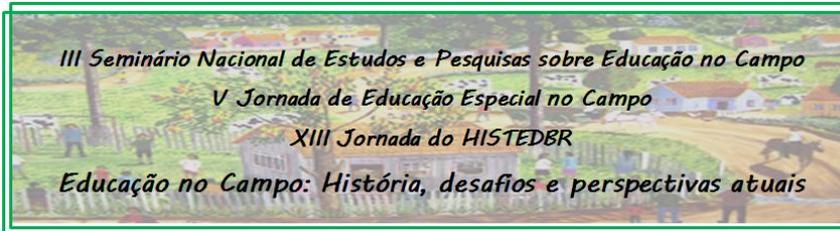
O diálogo estabelecido entre os enunciados do Projeto de formação e outros contextos que nos remetem ao contexto de lutas dos movimentos sociais ligados a terra, se justifica para Bakhtin (1981) quando ressalta que todo enunciado comporta vários enunciados dos outros. O sentido de um enunciado, então, está determinado pela interação dessas vozes, representantes de diferentes posições sociais e ideológicas na sociedade.

A palavra é desenvolvida pelo homem através do convívio social. Dessa forma, os valores culturais e ideológicos e a palavra são desenvolvidos de forma simultânea, um influenciando o outro. Isso faz com que a palavra, enquanto signo, esteja sempre carregada de diferentes significados, dependendo do contexto social e histórico dos sujeitos que a utilizam.

No movimento de análise, é possível perceber a materialização da luta por uma educação do campo e o Tempo-espço localidade como mecanismo metodológico da Licenciatura em Educação do Campo pensado não apenas para garantir o acesso e a permanência dos professores que atuam nas escolas do campo, mas para promover a transformação nos modos do conhecimento, no modo de ver a vida e as contradições de sua materialização.

Nos enunciados vimos uma situação histórica definida, atores sociais plenamente identificados e o estabelecimento necessário de um diálogo com outras vozes que anunciaram, em um determinado período, um ideal, um movimento de transformação da realidade social, educacional e política de nosso país.

REFERÊNCIAS



ANTUNES-ROCHA, M.I. **Licenciatura em educação do campo**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

_____.; MUNARIM, A. **Tempo-comunidade / Tempo escola: Alternância como princípio metodológico para organização dos tempos e espaços das escolas do campo**. In: Memória e história do Pronera: contribuições para a educação do campo no Brasil. / Clarice Aparecida dos Santos, Monica Castagna Molina, Sonia Meire dos Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

ARROYO. G. M. **Formação de educadores do Campo**. Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigoto. São Paulo, Expressão Popular. 2012.

BAKHTIN. M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 2 ed. São Paulo: HUCIT,1981.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997

BRASIL. **Parecer do Conselho Nacional de Educação de nº 01/2006**, o qual discorre acerca da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância.

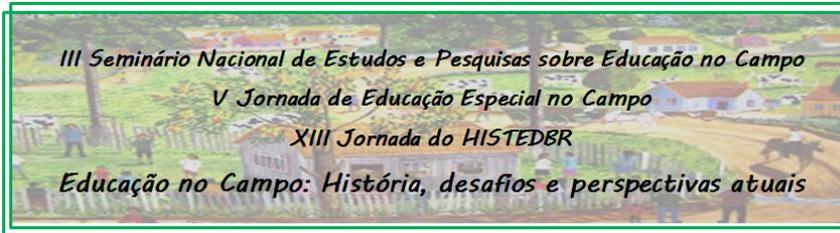
_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Diário Oficial da União, Brasília, Sessão1, 5 nov. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Diário Oficial da União, Brasília, v. 67, Sessão 1, p. 32, 9 abr. 2002. Disponível em: <<portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>.

_____. Edital SESU/SETEC/SECADI/MEC nº 02/2012 – PROCAMPO de 31 de agosto de 2012.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento**. In: Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigoto. São Paulo, Expressão Popular. 2012.



CORDEIRO, Georgina N. K.; REIS, Neila da Silva; HAGE Salomão Mufarrej. **Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo.** Revista Em Aberto / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [online]. v. 1, n. 1: Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br> ISSN 0104-1037

Freire, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MOLINA, M. C; SÁ, L. M. Licenciatura em Educação do Campo In: Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigoto. São Paulo, Expressão Popular. 2012.

MOLINA. M. C. **Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015. Editora UFPR. 2015.

MUNARIM. Antônio. **Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21.** Revista Em Aberto / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [online]. v. 1, n. 1: Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br> ISSN 0104-1037

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Sustentabilidade.** In: Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigoto. São Paulo, Expressão Popular. 2012.



III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo
V Jornada de Educação Especial no Campo
XIII Jornada do HISTEDBR
Educação no Campo: História, desafios e perspectivas atuais

